

Pedagogia decolonial: Uma análise compreensiva sobre o saber popular preto

Decolonial pedagogy: A comprehensive analysis of black popular knowledge

DOI:10.34117/bjdv7n9-578

Recebimento dos originais: 07/08/2021 Aceitação para publicação: 30/09/2021

Thais Maria dos Santos

Pedagoga (Faculdade Campos Elíseos) Cursando especialização em Educação Especial e Inclusiva da Faconnect. Auxiliar Técnico de Educação na Prefeitura Municipal de São Paulo Av. Copacabana, 325, 22 andar, Alphaville, Barueri, SP E-mail: dthaismaria@gmail.com

Jailton Bezerra Melo

Doutor em Psicologia (USP)

Psicólogo do Projeto demonstrativo PrEP15-19, da Faculdade de Medicina da USP Professor da Faculdade Campos Elíseos e da Faculdade Alvorada de Gestão e Negócios e professor convidado da Pós-Graduação da Universidade Católica de Pernambuco Av. Copacabana, 325, 22 andar, Alphaville, Barueri, SP E-mail: melo.jailtonb@gmail.com

RESUMO

A experiência nas escolas brasileiras demonstra a importância em se repensar práticas, ações e condutas, tendo em vista a realidade que demarca processos excludentes para grupos, especificamente pessoas negras (pretas e pardas). Contudo, além de repensar práticas, enquanto educadores, evidencia-se a importância da cultura e da filosofia africanas como componente da rotina de ensino, especialmente na tentativa de resgate e fortalecimento de práticas educativas diversas via experiência coletiva. O objetivo deste escrito é refletir acerca da tematização da escola como lugar no qual as relações de poder estão subjugadas à lógica racista e colonial, discutindo vias possíveis de construções legítimas a partir do "saber do povo". Inscrito numa perspectiva decolonial/descolonial, o trabalho caminha na tentativa de apontar o resgate de raízes afrodescendentes para o saber que se testemunha na escola, podendo engendrar em perspectivas de descolonização do pensamento hegemônico e de práticas impressas via produções de saber antirracistas.

Palavras-chave: Pensamento decolonial, Pedagogia preta, Epistemologia decolonial, Saber popular.

ABSTRACT

The experience in Brazilian schools demonstrates the importance of rethinking practices, actions and conducts, considering the reality that marks exclusionary processes for groups, specifically black and brown people. However, besides rethinking practices, as educators, the importance of African culture and philosophy is evident as a component of the teaching routine, especially in the attempt to rescue and strengthen diverse educational



practices through collective experience. The purpose of this paper is to reflect on the school as a place where power relations are subjected to racist and colonial logic, discussing possible ways of legitimate constructions from the "people's knowledge". Inscribed in a decolonial/decolonial perspective, the work walks in an attempt to point out the rescue of Afro-descendant roots for the knowledge that is witnessed in school, and may engender perspectives of decolonization of hegemonic thought and practices printed through productions of antiracist knowledge.

Keywords: Decolonial thought, Black pedagogy, Decolonial epistemology, Popular knowledge.

1 INTRODUÇÃO

Quando da importância de aproximação com epistemologias próprias e insurgentes que rompem o modelo tradicional de educação, optamos por dialogar, resumidamente e em forma de primeiras elucubrações, com questões que demarcam o pensamento decolonial como tentativa de compreender de que modo se torna possível dialogar com tais saberes, no intuito de construir um sentido possível de educar e ser educadora/educador no Brasil.

Para Ornel e Henning (2020, p.16197), "O pensamento decolonial conclama a todos a se libertarem das verdades centrais, únicas e gerais; demonstrando que uma visão de mundo não deve se sobrepor a outra". Seguimos nesta perspectiva, alinhados à tentativa do ensejo político das práticas educativas, bem como pela premissa da educação libertária (FREIRE, 2011).

Assim, num primeiro momento, a filosofia africana aparece como a principal ferramenta para a decolonização de pensamentos hegemônicos estruturados de forma sociocultural – pensamentos estes utilizados como macete no aprisionamento de saberes e práticas brasileiras. Posteriormente, intentamos discutir como o pensamento decolonial abre caminhos para dialogar com o "saber do povo preto", legitimando estas experiências como produções científicas que nascem de discussões profícuas nos movimentos sociais organizados. Para este escrito, partiremos de leitura compreensiva de autores como Bonnici (1998); Oliveira (2012), Petit (2015) e Ribeiro (2016), construindo caminhos para apontar uma pedagogia decolonial.

2 METODOLOGIA

O estudo é qualitativo, bibliográfico e compreensivo, lançando luz da análise cartográfica de textos (Aun; Morato, 2009). Tal movimentação de análise dar-se-á a partir



do conceito de "separação de saber" de Hountonji (2008, p.154), quando estabelece "uma distinção entre africanistas e africanos no campo da filosofia". Essa separação aparece como importante, não para desconsiderar as contribuições de pensadores ocidentais, mas como objetivo de causar responsabilidades e pertencimento aos acadêmicos africanos e o saber coletivamente produzido. Partiremos, portanto, da análise compreensiva após leitura das/os autoras/es apresentadas/os anteriormente, na tentativa de situar reflexões no campo das ciências humanas, especificamente no campo da educação.

3 DISCUSSÃO

A filosofia africana desempenha um papel importante e fundamental para uma nova construção filosófica mundial, o que permite (re)significar os pensamentos sociais, culturais e antropológicos não-hegemônicos, resgatando os saberes que foram esquecidos com o passar do tempo. Para Oliveira (2012), o pensamento decolonial "está na encruzilhada do pensamento contemporâneo", permitindo realizar uma construção analítica com a criação de novos sentidos que reinventam uma nova base afro-brasileira para práticas diversas, especialmente no campo da educação, como também frisam Ornel e Henning (2020).

Evidenciar pautas afrocentristas, segundo Asante (2009), permite compreender e resgatar nossas raízes afrodescendentes, bem como sua diáspora, colaborando para a construção de um conhecimento pautado em ações que tem como objetivo, o reconhecimento do lugar de pertencimento dos agentes que, diante dessa movimentação, (re)conectam com sua imagem cultural, bem como a valorização dos seus interesses, especificamente no campo educacional e político.

O aprofundamento de estudos e práxis decoloniais desestrutura, segundo Quijano (2007), um padrão dominador e "soberano" que o colonialismo impõe, pressupondo relações de poder que culminam em práticas como o racismo, por exemplo, pois

> O controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada possui uma diferente identidade e as suas sedes centrais estão, além disso, em outra jurisdição territorial. Porém nem sempre, nem necessariamente, implica relações racistas de poder. O Colonialismo é, obviamente, mais antigo; no entanto a colonialidade provou ser, nos últimos 500 anos, mais profunda e duradoura que o colonialismo. Porém, sem dúvida, foi forjada dentro deste, e mais ainda, sem ele não teria podido ser imposta à inter-subjetividade de modo tão enraizado e prolongado. (QUIJANO, 2005, p. 93)



Por esse prisma, o pensamento colonial engendrado em países colonizados, como o Brasil, reverbera na dinâmica das relações educacionais e institucionais. Esta dinâmica, na escola, por exemplo, é muito mais latente e evidente que apenas um "manejo político" que demarca a diferença e a exclusão. Para Oliveira e Candau (2010, p.18) essa forma de dominação, chega às "raízes mais profundas" do contexto histórico de uma sociedade inteira, controlando-a e oprimindo-a, mesmo com os avanços da descolonização do pensamento hegemônico e de práticas impressas via experiência.

Indo nesta direção, estudos pós-coloniais dialogam com o pensamento negro africano, que segundo Bonnici (1998, p.9) reverberam em "um constante questionamento sobre as relações entre a cultura e o imperialismo para a compreensão da política e da cultura na era da descolonização". Essa estrutura de pensamento realizou novas movimentações na filosofia latino-americana como o pensamento social negro no Brasil, segundo Oliveira (2012).

Fomentar a ideia de ruptura das propostas eurocêntricas e coloniais por entre práticas educacionais é entender que a marca do exercício da colonialidade na educação é uma relação de poder que delega a outras culturas e identidades o caminho da subalternidade e, assim, ao produzir práticas dominadoras, passa a impor uma ideia de que as culturas subalternizadas são inferiores e pouco civilizadas, resultando a permanência e soberania da hegemonia (QUIJANO, 2015).

Imprimir ideias de classes dominantes em um modelo educacional, é segundo Ribeiro, Gaia e Rodrigues (2020), dar continuidade à uma normativa branca que exclui e oprime as identidades não-européias, sendo necessário, ocorrer mudanças nesse cenário educacional:

> O primeiro passo necessário para uma melhoria no currículo escolar vigente seria o afastamento do conhecimento ocidental eurocêntrico, pois este só reconhece a si mesmo como válido. Afastamento não significa deslegitimar, mas sim reconhecer que existem outras narrativas, formas outras de conhecimento e pensamento. Aqui o sentido de afastamento diz respeito a descentralizar as bases eurocêntricas dos nossos currículos, para então abrir espaços para uma policentricidade acadêmico científica em todos os níveis de ensino, reconhecendo a devida validade desses saberes. (RIBEIRO; GAIA; RODRIGUES, 2020, p. 12)

Contextualizando os saberes da filosofia africana e/ou da filosofia da ancestralidade no cotidiano da prática pedagógica nos espaços escolares (e não-escolares, uma vez que tal "condução" de saber institucional passa a ser "inventada" pelo saber hegemônico, que compreenderia a educação a partir de um significado simbólico da



escola como "instituição formativa"), é importante ressaltar a tentativa de pautar ações em uma nova estrutura de escolarização. Nesse sentido, busca-se trazer a campo conhecimentos e caminhos diversos, reestruturando discursos e práticas que possibilitam a descentralização da cultura eurocêntrica (ORNEL; HENNING, 2020).

Como sabemos, as práticas educativas ainda estão fincadas numa abordagem científico-branca – tida, em muitas realidades, como único modelo legítimo na escola. Com isso, importa considerar espaços para novos saberes singulares que fazem parte da experiência coletiva no viver cotidiano das pessoas que por ali (escola) passam e pelos territórios que transitam, revelados pelos modos de viver em sociedade, a partir da diversidade cultural e da regionalidade (MONTEIRO; SCHREINER; CANDIOTTO, 2019).

Quando Petit (2015) direciona uma reflexão sobre Pretagogia ou Pedagogia Preta, critica a predominância de um único pensamento social, o pensamento eurocêntrico que produz exclusões diversas dentro dos diversos ambientes educacionais no Brasil. Ao realizar uma crítica sobre a "desvalorização da tradição oral" (2015, p. 109) a autora aborda uma temática que já é discutida em alguns modelos de ensino espalhados em algumas cidades brasileiras, que é o fato da prática ocidental da escrita estar tão incutida numa rotina escolar, que invalida e torna inferior outras práticas que também podem ser (e de fato realmente são) mais efetivas – como no caso da oralidade e da aprendizagem que descentraliza saberes.

Lançar um olhar para essa perspectiva permite entender a importância de respeitar e trabalhar a integralidade das/os estudantes com outros tipos de ferramenta, uma vez que a cotidianidade social não é mais a mesma e, portanto, não cabe mais no modelo tradicional que perpassa a escola e seus sujeitos.

Os conceitos da Pedagogia Preta também são importantes para a valorização da identidade de cada estudante, uma vez que torna o conhecimento, as aprendizagens e as contribuições mais significativas e com maior sentido para a educação brasileira e o saber popular, implicando em epistemologias próprias.

O reconhecimento enquanto afrodescendente, segundo Petit (2015, p.122), é fundamental para "assumir uma postura autoafirmativa que lembra sempre a importância da raiz africana para a nossa constituição enquanto pessoa". Esse reconhecimento contribui para o empoderamento de estudantes, inclusive no que se refere à autoestima, pois conseguem enxergar beleza em suas raízes e na história que elas carregam.



Partimos de uma reflexão inquietante que nos faz compreender o conceito de subalternização de alguns grupos da sociedade e como os grupos dominantes tentam falar por eles e até mesmo controlar as demais ações (em educação, direitos humanos e saúde, principalmente). Se nos espaços de socialização conseguimos rapidamente perceber e reconhecer os grupos subalternizados, na escola não é diferente. As necessidades desses grupos podem aparecer de forma ainda mais gritante (MONTEIRO; SCHREINER; CANDIOTTO, 2019), observando, por exemplo, as identidades femininas que compõem o ambiente escolar, surgindo conceitos como o de "feminismo negro".

Encontramos em Figueiredo (2020) a tentativa de reforçar a ideia de uma realidade desafiadora nos campos de uma ciência "conservadora e neutra" (p.10). A existência de mulheres negras em campos acadêmicos ou em lugares de destaque resulta numa identidade insubmissa que foge dos ideais coloniais que ainda existem e permeiam também os espaços educativos (formais ou não). É por esta perspectiva que estamos enveredamos nossas análises em nossas pesquisas atuais, especialmente nas que diz respeito à reformulação curricular de cursos da área de educação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A supremacia do eurocentrismo, no atual contexto, passa a ser questionada em diversos âmbitos. Ocorre, atualmente, uma movimentação em relação às práticas excludentes que torna um ambiente hostil para os/as que fogem das imposições tidas como normas de uma cultura dominante.

Pensar em uma "epistemologia insubmissa feminista negra decolonial" (FIGUEIREDO, 2020, p.20), é pensar em uma ação que desassossega a normatização pré-estabelecida pelo eurocentrismo, possibilitando a sujeitos que historicamente sempre estiveram à margem, colocar suas produções de conhecimento. Pensamos que a valorização de práticas educativas de mulheres negras, por exemplo, reverbera múltiplas vivências e experiências que permitem por em xeque a subalternidade imposta pela hegemonia predominante nos contextos educativos.

Compreender o saber popular como uma ferramenta política, causa uma ruptura no sistema que silencia, principalmente minorias (especialmente mulheres, negras/os, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, mulheres transexuais, homens trans, pessoas intersexo, pessoas agêneras e não binárias) suscitando em epistemologias necessárias para novas ações implicadas com a política.



Como aborda Ribeiro (2016, p.103), diante de uma sociedade que carrega historicamente uma herança "escravocrata, patriarcal e classista" é fundamental colocar ao centro discussões sobre o "aporte teórico e prático" que permite considerar a desestruturação do saber educativo brasileiro. Assim, torna-se relevante realizar os mesmos apontamentos em espaços acadêmicos e escolares, intentando uma reestruturação educacional não-hegemônica e integrativa.



REFERÊNCIAS

AUN, Heloisa Antonelli; MORATO, Henriette Tognetti Penha. Atenção psicológica em instituição: plantão psicológico como cartografia clínica. In: MORATO, H., T. P.; BARRETO, C. L. B. T.; NUNES, A. P. (Org). Aconselhamento psicológico numa perspectiva fenomenológica existencial: uma introdução. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009, p. 121-138.

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas a posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa L. (Org). Afrocentricidade: Uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.

BONNICI, Thomas. Introdução ao estudo das literaturas pós-coloniais. Mimesis, Bauru, v. 19, n. 1, p. 07-23, 1998.

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. Revista Tempo e Argumento, v. 12, n. 29, 2020.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 34. Ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2011.

HOUTONDJI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: Duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. Tradução Inês Martins Ferreira. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 80, p. 149-160, 2008.

MONTEIRO, Jasmine; SCHREINER, Sarah Francine; CANDIOTTO, Jaci de Fátima Souza. O pensamento decolonial e a desigualdade de gênero: uma relação a partir da proposta da igualdade da declaração universal dos direitos humanos e a realidade latino-americana. Braz. J. of **Develop.**, Curitiba, v. 5, n. 12, p. 33116-33124 dec. 2019.

OLIVEIRA, Eduardo David. Filosofia da Ancestralidade: corpo de mito na filosofia da educação brasileira. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2007.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista e Intercultural no Brasil. Educação em Revista: Belo Horizonte, v. 26. n. 01, p. 15-40, 2010.

ORNEL, Aline Lourenço; HENNING, Ana Clara Correa. A promoção do direito social à educação decolonial pela escola de samba beija flor de Nilópolis no desfile de 2018: Crítica literária e social. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 6, n. 3,p.16196-16214 mar. 2020.

PETIT, Sandra Haydée. Pretagogia: Pertencimento, Corpo-dança Afroancestral e Tradição oral Africana na Formação de professoras e professores. Fortaleza: Ed. UECE. 2015.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RIBEIRO, Débora; GAIA, Ronan da Silva Parreira; RODRIGUES, Janine Marta Coelho. Colonialidade e raça: implicações eurocêntricas para o currículo. **Revista Cocar**, v. 14. n. 30, p.1-21, 2020.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. Revista internacional de direitos humanos, v. 13, n. 24, p. 99-104, 2016.